

# Max Weber e a questão do método nas ciências sociais

Adriane Vieira\*  
Alexandre de Pádua Carrieri\*\*

## RESUMO

A grande contribuição de Max Weber foi promover a integração do método da causalidade das “ciências da natureza”, com o método da compreensão, entendido como o mais adequado às “ciências da cultura”. O paradigma da ação recobre toda sua obra e a tipologia da ação vai forjar uma estratégia para captar o sentido da ação. Ao usar a burocracia como tipo ideal e a institucionalização da dominação e poder que advém da burocratização das estruturas organizacionais, a TO promoveu a criação de um padrão de organização considerada mais eficiente e criou uma representação convencional de seus estudos e pesquisas.

**Palavras-chave:** Weber; Paradigma da ação; Burocracia; Ciência social.

O ponto central para a compreensão da obra de Weber é o paradigma da ação, quando o autor distingue entre ação racional com relação a fins, ação racional com relação a valores, ação afetiva e ação tradicional. De certo modo esta classificação elucidada todas as concepções de Max Weber, uma vez que a sociologia é uma ciência que procura compreender a ação social.

A ação sobre a qual Weber centra sua análise é a ação racional com relação a fins, pois a característica central do mundo contemporâneo é a racionalização. Para falar do sentido da ação Weber construiu uma *démarche* cognitiva específica, diferente da *démarche* das ciências da natureza, mas não isenta de normas de exatidão e de rigor metodológico. Esta *démarche* é formada por dois aspectos in-

\* Doutora em Administração pela UFMG, professora da FUMEC e da Faculdade Promove

\*\* Doutor em Administração pela UFMG, professor da PUC Minas, Membro do Grupo de Estudos Avançados em Gestão Internacional (GGI/UFMG).

separáveis do conhecimento, a compreensão e a explicação, que levam à interpretação dos fenômenos sociais.

A compreensão implica numa classificação dos tipos de conduta e leva à percepção de sua estrutura inteligível. O objetivo da tipologia da ação construída por Weber era forjar uma estratégia para captar o sentido da ação, ordenando o real no plano analítico e estabelecendo relações entre ações.

O sentido da ação está intimamente vinculado à noção de “fim”, uma vez que para Weber os outros processos ou estados que não expressam um sentido, em termos de meios e fins, permanecem estranhos ao observador. O grande propósito de Weber é mostrar que é possível alcançar um conhecimento objetivo dentro das Ciências da Cultura, embora o objeto de conhecimento dessas ciências se encontre dentro da esfera de valores. Para isso o cientista precisa fazer a distinção entre “juízos de valor” e “relação com valores”. No âmbito pré-científico é permitido se posicionar frente aos valores como forma de recortar o objeto próprio das Ciências da Cultura, mas para fazer ciência é preciso afastar-se dos juízos de valor, ou seja, a ciência não poder dizer o que deve ser. Dessa forma Weber diferencia o papel do cientista do papel do homem de ação.

O que impressiona na obra de Weber é a sua variedade, caminhando dos estudos metodológicos às obras históricas, aos trabalhos de sociologia da religião, à discussão da ciência e da política. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre uma parte da obra de Max Weber, mais especificamente sobre a ques-

tão do método, evidenciado em sua obra **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Ao lidar com a questão das origens do capitalismo nesta obra, segundo Boudon (1989), Weber, embora sociólogo, trabalha com uma questão de historiador. No entanto não responde a ela especificamente na condição de historiador. Sua busca não está em tornar patente o conjunto de causas que permitiriam explicar o surgimento do capitalismo. Seu empenho consiste, antes, em estabelecer o parentesco de estrutura entre o sistema de comportamento do empresário capitalista ocidental, historicamente inédito, representado pelo calvinismo. Neste trabalho, Weber expõe um dos seus temas mais importantes de sua metodologia, o fato de que os conceitos das ciências sociais não se definem exatamente, tal como os das ciências naturais ou dos da filosofia. Eles se obtêm privilegiando determinados caracteres do fenômeno em questão e abandonando outros.

Outrossim, o intuito primeiro é de compreender como Weber situa as Ciências Sociais em relação a seu objeto de estudo. Além disto, pensar no autor como um representante da Hermenêutica, enquanto estratégia de compreensão e interpretação da ação.

O presente texto está dividido em duas partes. A primeira trata sobre os conceitos e método desenvolvido por Weber. A segunda aborda algumas ambigüidades que podem ser apontadas na obra deste pensador. Na seqüência traça-se algumas considerações sobre Weber enquanto representante da Hermenêutica e, ao final, registra-se as apreen-

sões sobre Max Weber e sua relação com a Teoria Organizacional.

### WEBER, O MÉTODO, O TIPO IDEAL E SUA OBRA *A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO*

Max Weber representa uma das mais importantes expressões teóricas da chamada sociologia que desenvolveu-se nos primeiros anos do séc. XX.

Para compreender melhor as preocupações teóricas e metodológica de Max Weber, é preciso ainda evidenciar que o que estava em questão era todo o edifício das Ciências Sociais, tanto seus fundamentos quanto seus instrumentos metodológicos. A grande preocupação de Weber é trazer para um plano técnico o pressuposto da validade e da objetividade, que passarão a ser consideradas como propriedades metodológicas. A validade do conhecimento científico dependerá, então, da confiabilidade dos métodos empregados, no sentido de que a estrutura lógica dos mesmos possa garantir a transmissão da verdade dos enunciados observáveis às hipóteses e vice-versa, pois por essa via poder-se-á cumprir o requisito fundamental da objetividade científica exigido por Weber: a verificação empírica dos resultados obtidos. (Saint-Pierre, 1991)

Weber cria, assim, um sistema sociológico de interpretação dos acontecimentos sociais, profundamente marcado pelo debate que dividia os intelectuais alemães do seu período, acerca do estatuto das ciências “humanas” em relação às ciências naturais. Seus trabalhos preten-

dem a superação desta opção, buscando elementos metodológicos nos dois tipos de estudo que, mesmo considerados completamente diferentes, ofereçam possibilidades que permitam um alto nível de compreensão dos fenômenos sociais, quando adequadamente utilizadas. Para Weber, a validade da sociologia enquanto ciência está unicamente nos problemas específicos que ela se propõe a resolver.

Aquilo que caracteriza o acontecimento social (objeto de estudo da sociologia), é o que se refere a valores, ou seja, à própria ação humana. Esta é a uma questão central na reflexão epistemológica de Weber: a observação de que diferentemente das ciências naturais, nas ciências sociais a realidade empírica está sempre referida a alguma ordem de valoração. Assim, será preciso libertar o pesquisador de seus valores para que as ciências sociais se fundamentem, e este representará o esforço para construir uma metodologia adequada a especificidade do fato social.

Partindo da premissa de que aquilo que justifica a existência de uma ciência é a proposição de um problema específico a solucionar, para Weber não cabe buscar um método universal, ao contrário, a oportunidade da utilização de um determinado processo metodológico deve variar de acordo com o problema a ser resolvido. Desta forma, podem existir tantas ciências quantos pontos de vista específicos no exame de um dado problema.

Weber, assumindo o espírito da epistemologia Kantiana, nega que o conhecimento possa ser uma reprodução ou uma cópia integral da realidade, tanto no sentido da explicação como da compre-

ensão. O real é infinito e inesgotável, e assim, ao método cabe a função de fazer progredir o saber, e não de tentar ser fiel a um pretense ideal de conhecimento. Com este tipo de reflexão, Weber se opõe as tentativas de diferenciar ou classificar as ciências de acordo com os métodos utilizados na pesquisa científica.

De forma genérica, podemos afirmar que toda a análise weberiana se caracteriza por ter como unidade empírica o que se chama de “ator social”, definido em sua obra como o responsável por uma ação social orientada pelas ações dos outros. Este é o objeto de estudo ou o ponto de vista específico da sociologia.

Em sua obra, aparece com bastante clareza o conceito de ação social que deve orientar os estudos dos cientistas sociais. Seria a ação que, circunscrita em um momento histórico específico, pode ser compreendida em suas relações causais e apreendida em seus significados, ou seja, na riqueza de seus componentes subjetivos (Weber, 1987). Pode-se citar ainda que a ação está definida em sua obra como a conduta humana, pública ou não, a que o agente atribui significado subjetivo.

Deste modo, percebe-se que Weber realiza uma distinção fundamental entre as ciências naturais e as ciências espirituais. Estas últimas permitem ir além de observações e deduções de uniformidades presentes nos processos estudados, também proporcionando uma espécie de compreensão das ações baseada nas intenções subjetivas dos agentes.

### O método e os tipos ideais

A compreensão da construção metodológica weberiana, tem como ponto de

partida a própria discussão sobre a possibilidade de dar às ciências sociais o *status* de ciência autônoma.

Weber entendia que, para lidar com a questão de que as ações humanas estão referidas a valores, e precisam nestes termos serem investigadas, as ciências sociais não deveriam tratar de prover normas e ideais obrigatórios (que resultem em controle da atividade prática), mas sim buscar construir estimativas.

A ação social é referenciada em valores, esta enquanto objeto da ciência social, está constantemente sujeita a sofrer alterações, sempre sendo organizada e reorganizada pelos sistemas de valores. Como a ciência social precisa se constituir em uma ciência empírica da realidade concreta, Weber pontua que a relação com valores estabelecida pelo pesquisador no trabalho científico deve ser reiterada. Ao seu ver nenhum sociólogo tem condições de fornecer um conhecimento completo das relações sociais, por causa da sua relação com os valores. Ele pode realizar abordagens, levantar problemas e descobrir novos aspectos.

Freund (1970) subdivide a relação com os valores no trabalho científico, buscando precisar sua importância nos seguintes momentos da pesquisa:

- determina a seleção do tema a tratar, isto é, permite destacar um objeto da realidade difusa.
- escolhido o tema, orienta a triagem entre o essencial e o acessório, isto é, define a individualidade histórica ou a unidade do problema.
- se constitui na razão do relacionamento entre os diversos elementos e as significação que se lhes atribui.

- indica igualmente quais as relações da casualidade a estabelecer a até que ponto é preciso levar a regressão causal.
- por não ser uma avaliação e exigir um pensamento articulado que permita o controle e a verificação do acerto das proposições, afasta o que é simplesmente vivido ou vagamente sentido.

Desta forma, podemos dizer que toda ciência humana, necessariamente, realiza-se por interpretação, que consiste no método destinado a proporcionar a compreensão do sentido de uma atividade ou de um fenômeno e a significação dos diversos elementos uns em relação aos outros.

Jaspers (1977) explica que, muito embora somente a distância em relação ao objeto e a si próprio possibilite ao pesquisador o questionamento sereno do real, existem valorações decididas, contidas no ato de conhecer, que se constituem em condições essenciais do conhecimento. São estas valorações que educam para a sensibilidade em face de todas as valorações possíveis. Para Weber, a neutralidade valorativa da ciência não está em oposição ao ato de valorar a vida, mas mais do que isto, é a paixão de valorar e do querer que engendra, como seu próprio esclarecimento e auto-educação, a legítima objetividade da pesquisa. A neutralidade valorativa não significa que as escolhas dos problemas a serem pesquisados não repouse sobre valorações.

A realidade, na perspectiva weberiana, é individual, infinita, inesgotável em cada uma das suas figuras, e assim, inacessível ao pesquisador. Toda pesquisa

é particular, não permitindo conhecer o geral das coisas humanas. Podemos, isto sim, partindo de pontos de vista relativos, estruturar leis e regras que apenas atingem aspectos do real, permitindo conhecer totalidades relativas, nunca o todo. O homem somente pode penetrar na realidade através da ciência empírica e não deduzi-la ou apreendê-la como totalidade.

Nestes termos, Weber, como sociólogo empírico, combate conceitos metafísicos como o de “espírito de um povo” ou o da idéia enquanto uma força presente, assim como é contra a noção de um desenvolvimento necessário ou a concepção materialista da história. Na pesquisa weberiana não cabe nenhuma construção da história universal ou nenhuma visão da totalidade da história humana. Nenhuma totalidade se completa.

A ação social é o objeto da sociologia. Esta tem como meta sua compreensão interpretativa, buscando obter uma explicação de suas causas, de seu curso e de seus efeitos. A ação social pode ser determinada de quatro diferentes maneiras:

- 1) Pode ser classificada racional em relação a fins. Esta classificação se baseia na expectativa de que, objetos em condição exterior ou outros indivíduos humanos, comportar-se-ão de uma maneira e pelo uso de tais expectativas, como “condições” ou “meios” para atingir com sucesso os fins racionalmente escolhidos pelo indivíduo. Esta ação é denominada ação em relação a fins. Uma ação absolutamente orientada a fins, ou seja, à pura finalidade,

sem qualquer referência a valores básicos, é em essência apenas uma exceção.

- 2) A ação social pode ser determinada pela crença consciente no valor absoluto da ação como tal, independente de quaisquer motivos posteriores, e medida por algum padrão tal como ética, estética ou religião. Ocorre a orientação racional para um valor absoluto, denominada ação em relação a valores.
- 3) Pode ser determinada pela afetividade, especialmente de modo emocional, como resultado de uma configuração especial de sentimentos e emoções por parte do indivíduo.
- 4) Pode ser determinada tradicionalmente, tornando-se costume devido a uma longa prática.

Para designar a situação na qual duas ou mais pessoas estão empenhadas numa conduta, onde cada um leva em conta o comportamento da outra de uma maneira significativa, estando assim orientada, usa-se o termo “relação social”. A relação social consiste inteiramente na probabilidade de que os indivíduos comportar-se-ão de um modo significativamente determinável.

Timasheff (1960) afirma que o estudo da ação social, conforme Weber o concebia, requer o método do tipo ideal ou puro. A construção dos tipos ideais não interessa como fim, mas como meio de conhecimento das ações. O tipo ideal é uma tentativa de apreender os indivíduos históricos, suas ações e seus diversos elementos em conceitos genéticos (que faz referência a certos significados culturais importantes). Parte-se, segundo este au-

tor, de que não há conceitos históricos passíveis de serem transformados em leis, definitivos. Os indivíduos históricos, assim como os conceitos e valores, são variáveis. Desta forma, é preciso estudá-los com cada vez maior precisão, nisto consiste a comparação com o caráter de tipo ideal. Só mediante fórmulas conceituais típico-ideais é que se chega a compreender realmente a natureza particular dos pontos de vista, que interessam no caso particular, graças a um confronto entre o empírico e o tipo ideal.

O tipo ideal é, portanto, uma construção mental. Estrutura-se pela exageração ou acentuação de um ou mais traços, ou pontos de vista, observáveis na realidade. Raramente se encontram, se é que se encontram, na própria vida, fenômenos que correspondam com exatidão ao tipo mentalmente construído. Um tipo ideal ou puro difere de uma média estatística, um instrumento essencial na análise social, mas para fins diversos. Constitui um instrumento para a análise de acontecimentos históricos concretos. Essa análise exige conceitos claramente definidos. É um conceito limitador com que se comparam, no processo de investigação, as ações ou situações de vida. (Cohn, 1986)

Weber utilizou-se constantemente do tipo ideal em seus escritos. Para Timasheff (1960), a sociologia que ele pretendia centralizar em torno do conceito da ação social, envolvendo o significado subjetivo, tornou-se em larga medida e, infelizmente, um estudo do comportamento humano encontrado em média ou mesmo em circunstâncias hipotéticas. Para este autor, no que diz respeito à investigação metodológica, o conceito de

tipo ideal das ações sociais propõe formação de um juízo de atribuição. Não é nunca uma “hipótese”, mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende conferir a ciência meios expressivos unívocos.

Freund (1970) explica que o tipo ideal é um outro momento da seleção, feita pelo historiador e o sociólogo, por abordarem necessariamente o real a partir de certos pontos de vista, em função da relação com os valores. É ele, o modo de construção de conceitos peculiar ao método histórico ou individualizante, cujo objeto é o estudo da realidade e dos fenômenos em sua singularidade. Por exemplo, o capitalismo, sendo uma manifestação singular da vida econômica, não poderia ser determinado pela adição das características comuns a todas as formas de capitalismo, ou mesmo pela média dos traços peculiares às diversas formas de fenômeno. A solução estaria no conceito de tipo entendido de certa maneira. Esta noção pode tomar o sentido de um conjunto de traços comuns (o tipo médio), mas também o de uma estilização que põe em evidência os elementos característicos, distintivos ou típicos.

A grande maioria dos tipos não se aplica diretamente a ações, mas a coletividades sociais. A ação existe somente como conduta de um ou mais seres humanos individuais, as coletividades devem ser tratadas como resultantes de modos de organização de atos praticados por indivíduos.

Ao pesquisador interessa construir seus trabalhos nos termos daquilo que Weber determina como sendo a compre-

ensão subjetiva das ações sociais estudadas. Thimasheff (1960) caracteriza dois modos de elaboração da compreensão ao nível do significado das ações. Primeiro há a compreensão por observação direta do significado subjetivo do ato de outrem. Pode-se apreender estes significados porque temos consciência das intenções subjetivas que atribuímos a nossas próprias ações iguais. Segundo, há uma compreensão de motivo. Caracteriza-se pela reprodução, no observador do raciocínio do agente ou, se sua ação não for racional, compreende-se o contexto emocional em que ocorre a ação através da participação simpatética ou da empatia. Não há necessidade de participar dos pontos de vista teóricos ou dos fins últimos ou valores do agente, mas intelectualmente compreende-se a situação e a conduta correspondente.

Na obra de Weber, continuamente utiliza-se a comparação como técnica para relacionar entre si eventos totalmente diversos. Segundo Jaspers (1977), o autor utiliza a comparação como um dos caminhos para encontrar o possível. Ao comparar desenvolvimentos na China, na Índia ou no Ocidente, ele não procura encontrar leis históricas ou tipos sociológicos como abstrações do idêntico ou do semelhante, mas faz do semelhante o meio para se chegar a captação tanto mais decisiva do especificamente diferente. Nas situações históricas semelhantes os possíveis também são semelhantes. No entanto, ao longo do tempo, ocorre o oposto ou simplesmente o discrepante. A partir das semelhanças, em contraste com elas mesmas, pode-se encontrar aquilo que se particulariza em ca-

da caso. Este particular que se procura é pensado enquanto o possível.

Há um princípio de método, que compreende-se da utilização da comparação, hoje denominado de homologia estrutural, conforme Boudon (1989), que no texto **A ética protestante e o espírito do capitalismo** destaca-se por explicar um fenômeno, no caso o capitalismo, não por se tornar patente um feixe de causas e circunstâncias históricas, mas sim um paralelismo entre duas estruturas: a do comportamento do empresário capitalista e a da mentalidade puritana. A interpretação de Weber deste paralelismo se dá de maneira causal. O protestantismo é descrito como uma das causas do capitalismo moderno.

Deste modo temos que um dos conceitos mais expressivos de Weber é o de casualidade. Parece que o objetivo fundamental da análise weberiana está em buscar compreender as relações de causa-efeito dos acontecimentos sociais. É preciso identificar que sua concepção de causa leva em conta o princípio de que aquilo que de um certo ponto de vista se considera como efeito, pode por sua vez agir como causa, e aquilo que se chama causa, pode, sob outro ponto de vista, agir como efeito. De outra maneira, pode-se dizer que tudo o que é produzido, produz por sua vez uma ação.

Weber (1987) condiciona uma interpretação causal correta de uma ação concreta ao fato desta ação manifesta e seus motivos serem corretamente estabelecidos e se, ao mesmo tempo, o relacionamento entre eles tornar-se inteligível, de acordo com seu sentido. Uma interpretação causal correta de uma ação típica

pode ser obtida quando este processo demonstra oferecer uma adequação de sentido e também pode ser demonstrado tanto significativa como casualmente adequado. No caso de nenhum sentido se ligar a uma tal ação típica, então, independentemente do grau de uniformidade ou de precisão estatística da probabilidade, ela ainda permanece uma probabilidade estatística incompreensível, embora lide com um processo manifesto ou subjetivo. A garantia possível de ser obtida em termos da casualidade significativa da adequação de sentido das ações advém da determinação, com algum grau de frequência de aproximação, de um tipo médio ou ideal.

Para Weber, um saber só se adequa ao rigor da análise científica quando procura ser acessível a todas as pessoas, ou seja, se submete à transformação conceitual, à verificação, aos processos de verificação da prova, etc. Seja qual for o papel da intuição, e Weber não o minimiza, a experiência vivida nunca é como tal um conhecimento científico. (Freund, 1970)

O objeto, a entidade de que Max Weber se ocupou, é realmente uma entidade histórica singular: em parte alguma, em qualquer outra sociedade e em nenhuma outra época, se viu desenvolver este processo que constitui o capitalismo ocidental. A questão a que se propõe, então, é tentar compreender melhor porque os comportamentos historicamente inéditos que caracterizam o empresário capitalista puderam desenvolver-se. (Boudon, 1989)

## Weber, a ética protestante e o espírito do capitalismo

### *A questão da filiação religiosa e o desenvolvimento*

Os dados da estatística ocupacional, apontando para o fato de os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital, assim como dos níveis mais altos da mão-de-obra qualificada serem preponderantemente protestantes, levam Weber a procurar explicações em fatores históricos, que chegam à formulação da questão das relações entre o maior desenvolvimento econômico e a revolução da Igreja Católica. A emancipação do tradicionalismo econômico aparece certamente como um fator de apoio à tendência de duvidar da santidade da tradição religiosa, e das autoridades religiosas.

A religião certamente pode influir sobre a vida em geral e sobre a atividade econômica em particular, quer como sistema de doutrina, quer como organização. A Igreja Católica, mesmo não se opondo aos instrumentos do capitalismo, certamente reprova em larga medida o fim e o modo da sua organização. Numa época em que a concepção católica da vida estivesse firmemente arraigada nos espíritos, não teria sido possível qualquer manifestação capitalista, a não ser como manifestação pecaminosa, reprovada e esporádica. Assim sendo, num momento histórico perfeitamente católico não haveriam condições objetivas para o desenvolvimento do modo capitalista de produção. (Fanfani, 1958)

Estas afirmações se colocam mesmo se levarmos em conta a questão das ati-

vidades dos órgãos de administração da religião católica, especialmente o papado que, segundo alguns autores, contribuiu para facilitar o acúmulo de riqueza necessário para a expansão do capitalismo.

Sem a difusão universal das qualidades metódicas e princípios de um modo de vida metódico, mantido através das comunidades religiosas protestantes, o capitalismo moderno não seria o que é. (Weber, 1963)

Os protestantes (especialmente em alguns de seus ramos), tanto como classe dirigente, quanto como classe dirigida, demonstram uma tendência específica para o racionalismo econômico, que não pode ser observada entre os católicos em qualquer uma dessas situações, portanto, a razão dessas diferentes atitudes deve ser procurada no caráter intrínseco permanente de suas crenças religiosas. (Weber, 1987)

A Reforma engendrou um movimento de substituição do controle vigente da Igreja na vida cotidiana, por uma nova forma de regulação de novas condutas nos setores da vida pública e privada. A ética católica sustenta um maior alheamento do mundo, levando seus seguidores a uma maior indiferença frente aos bens deste mundo. Assim, os católicos teriam menos impulso aquisitivo e uma forte tendência a buscar mais segurança e menor risco.

Weber relaciona o maior sucesso econômico de certas regiões sobre outras, a partir da constatação da predominância das religiões protestantes naquela mais desenvolvidas. Contudo, nem todos os ramos do protestantismo parecem ter

tido esta influência. Weber, ao determinar o tipo ideal de ética religiosa que sustenta sua análise, defende que, inclusive certos tipos de concepção, como o velho protestantismo de Lutero, Calvino, Knox, ou Voet, quase nada tinham a ver com o desenvolvimento econômico.

Para Weber, o Calvinismo com sua doutrina de predestinação, decretava que os escolhidos por Deus já nascem benditos, e nada podem fazer para mudar seus destinos traçados segundo finalidade divina, secreta deliberação e arbítrio de Sua vontade. Uma intensa atividade profissional passa a ser recomendada – assim como o combate as dúvidas e a resistência às tentações do demônio – como o meio mais adequado para que cada um mantenha a fé de ser um dos escolhidos, pois Deus ajuda a quem se ajuda e o calvinista criava sua própria convicção acerca de sua salvação através de uma vida dedicada ao trabalho e às boas obras. Neste sentido, o Calvinismo foi aquele que, mais do que outros movimentos, parece ter promovido o progresso do espírito do capitalismo.

Haveria ainda o Pietismo e as Seitas Batistas derivadas do Calvinismo. E o Metodismo nascido no interior da Igreja Anglicana na Inglaterra. O interessante a se destacar é que nas Seitas Batistas rejeita-se a doutrina da predestinação. As obras que seriam os meios de se conhecer o “estado de graça” de alguém, o tamanho da benção divina, perdem para a racionalização da conduta e para prática do ascetismo laico. Com penetrações destes valores na vida profissional de seus crentes. Uma outra coisa a se destacar, particularmente ao Pietismo, é que

os funcionários, caixeiros, operários e empregados domésticos que surgiam na divisão do trabalho capitalismo, alinharam-se a esta doutrina, enquanto que os denominados empreendedores capitalistas eram mais identificados como calvinistas.

### *A essência do capitalismo*

Para Fanfani (1958), a concepção capitalista da vida apóia-se essencialmente numa cisão dos fins que os homens visam. Deste modo, fixa-se o olhar nos fins naturais, em particular nos fins econômicos, dispensando os sobrenaturais e religiosos. Embora não se negue que possa existir, ou que os homens possam acreditar numa ordem religiosa, não se pode conceber que esta se oponha à ordem econômica, e menos ainda, que seja capaz de dominá-la a fim de harmonizar as leis desta com a sua. Um critério de racionalidade, o da natureza econômica, é que possui a prioridade na organização capitalista da vida.

Weber define como melhor ponto de vista para determinação do caráter individual e especificadamente único do espírito do capitalismo, o fato de que este se constitui em um estilo de vida normativo baseado e revestido de uma ética. O conceito espiritual do capitalismo é usado neste sentido único, específico do capitalismo moderno. Este capitalismo maduro não corresponde à uma necessidade meramente aquisitiva. É uma atividade racional com ênfase na disciplina e na hierarquia na sua organização. Em todas as outras formas de capitalismo já vivenciadas não encontramos estes determinantes.

Do capitalismo moderno, Weber irá reter a idéia de acumulação do capital, do cálculo racional e da circulação das riquezas. Esta simplificação interessa por salientar a originalidade do capitalismo industrial em relação ao dos usuários ou dos fornecedores de guerra, que todas as sociedades conheceram (Boudon, 1989). Esta racionalidade, adotada como um princípio autônomo, de outras ordens também consideradas autônomas, consiste na grande inovação do sistema.

A aquisição econômica deixa de estar subordinada ao homem como meio de satisfazer suas necessidades materiais. Esta inversão daquilo que pode ser chamado de relação natural, torna-se, na análise weberiana, um princípio orientador do capitalismo. Ocorre que ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna é, enquanto for feito legalmente, o resultado e a expressão de virtude e de eficiência em uma vocação. Aparece deste modo um sentimento ligado a certas idéias religiosas.

A ética social do capitalismo desenvolve-se fundamentalmente a partir da idéia do dever profissional, como uma obrigação que o indivíduo deve sentir e que realmente sente, independentemente do que consista sua atividade, desde que corresponda à utilização de seus poderes pessoais ou mesmo, apenas de suas possessões materiais.

O empresário deste novo estilo aprimora uma força moral calcada em qualidades éticas muito definidas, angariando assim a confiança indispensável de seus fregueses e trabalhadores. Weber salienta que nada mais poderia ter dado a força necessária para superar os inúmeros

obstáculos, e o trabalho muito mais intensivo que é exigido do empreendedor moderno.

Há um sentido utilitarista nas principais atitudes morais destes homens. A honestidade, a pontualidade, a laboriosidade, a frugalidade asseguram o crédito. É esta a razão pela qual são virtudes. Nestes termos, a obtenção de mais e mais dinheiro, combinada com o estrito afastamento do gozo espontâneo da vida passa a ser vivida como algo de superior à felicidade ou utilidade do indivíduo.

O capitalista de então uniu a idéia de dever ao conceito de riqueza. Esta idéia em vez de significar limitação na aquisição, significou a missão de não perder nada, a fim de que a produtividade do seu esforço se elevasse ao máximo. Uma vez quebrado o elo que unia a idéia de riqueza, como um meio à idéia de salvação eterna, como um fim alcançável, sob determinadas condições de uso e aquisição de bens, e ainda, sendo aceito que não existia oposição alguma entre a intensidade da ação econômica e o fim último dos homens, desapareceram as limitações impostas pela moral religiosa à aquisição de riqueza. (Fanfani, 1958)

Podemos compreender a essência do espírito capitalista, observando que para o homem pré-capitalista (que tinha ligado a idéia de riqueza à idéia de instrumento social, e tinha relacionado a atividade econômica com o conjunto das necessidades correspondentes ao estado) era preciso estabelecer uma discriminação não apenas entre os meios lícitos e ilícitos de aquisição da riqueza, mas, principalmente, uma discriminação entre a intensidade lícita e intensidade ilícita.

cita do uso dos meios lícitos. Para o homem pré-capitalista, a moral não só condenava os meios ilícitos, como também limitava a utilização dos ilícitos. (Fanfani, 1958)

Weber observa que a questão das forças motivadoras da expansão do capitalismo moderno não é, a princípio, uma questão de origem das somas de capitais disponíveis para o uso capitalístico, mas, fundamentalmente, do desenvolvimento do espírito do capitalismo. Onde ele aparece e é capaz de se desenvolver, ele produz seu próprio capital e seu suprimento monetário como meios para seus próprios fins, e não o inverso.

### ***A ética protestante enquanto tipo ideal***

Weber (1963) sustenta que quando os virtuosos religiosos, aqueles religiosamente qualificados, combinam-se numa seita ascética ativa, alcança-se dois objetivos fundamentais: o desencantamento do mundo e o bloqueio do caminho da salvação através da fuga do mundo. Ocorre um desvio bastante significativo no caminho da salvação, que deixa de ser encontrado na “fuga contemplativa do mundo” e passa a estar no “trabalho neste mundo”. Um trabalho ativo e ascético. Estes objetivos foram alcançados plenamente pela grande Igreja e organizações sectárias do protestantismo ocidental e ascético.

Agora o virtuoso religioso pode ser colocado neste mundo como o instrumento de um Deus, e isolado de todos os meios mágicos de salvação. Não obstante, ele deve se provar acima de Deus, como tendo sido chamado exclusivamente pela qualidade ética de sua con-

dução no mundo, devendo, deste modo, provar-se a si mesmo. Não importa até que ponto o mundo, como tal, é religiosamente desvalorizado, pois este será o espaço da atividade desejada por Deus na “vocação” que se tem neste mundo.

O ascetismo desejou racionalizar o mundo eticamente de acordo com os mandamentos do Senhor. No ascetismo do mundo, a graça e o estado escolhido do homem religiosamente qualificado, submetem-se à prova na vida diária, nas atividades metódicas e racionalizadas de vida de trabalho diário a serviço do Senhor. Transformada racionalmente numa vocação, a conduta cotidiana torna-se central para a comprovação do estado de graça. Assim, as seitas ocidentais fermentam a racionalização metódica da conduta, inclusive a econômica.

O protestantismo introduziu no mundo a idéia de vocação, segundo a qual cada indivíduo se entregaria de corpo e alma a cultivar a atividade a que era chamado a desenvolver, convencido de que era este o seu único dever para com Deus (Fanfani, 1958). Está na raiz desta idéia, a crença de que o trabalho é executado em benefício de todos, da própria humanidade. A divisão do trabalho é essencialmente colaborativa, e eticamente representada como uma vontade direta de Deus.

Weber (1987) estuda diferentes seitas e entre as que ele chama de representantes históricos do protestantismo ascético, conclui que o calvinismo foi aquela que melhor elaborou os fundamentos que determinaram o sentido ético de uma conduta, de uma concepção de vida, que será apontada em sua obra como o

espírito do capitalismo, muito embora, observe que

... parece um mistério como a indubitável superioridade do calvinismo na organização social pôde se relacionar com suas tendências para arrancar o indivíduo dos mais fortes laços pelos quais ele se liga no mundo... (p. 75)

A explicação está na forma peculiar que o amor fraternal cristão assumiu, através da fé calvinista. Em primeiro lugar, o mundo existe para a glorificação de Deus. Esta é uma afirmação de caráter dogmático. Em segundo lugar, Deus requer obras sociais do cristão, para que a vida seja organizada de acordo com seus mandamentos. O trabalho especializado em vocações, justifica-se em termos de amor ao próximo.

O ascetismo secular do protestantismo opunha-se fortemente ao espontâneo usufruir das riquezas e restringia o consumo, especialmente o consumo do luxo. De outro lado, libertava psicologicamente a aquisição de bens das inibições da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia de lucro, com o que não apenas a legitimou, como também a considerou (de acordo com seu sentido ético) como diretamente desejada por Deus.

Como o real não pode ser convertido imediatamente em objeto de pesquisa empírica, Max Weber busca toda e qualquer forma de existência empírica, não se perdendo em nenhuma, inquirindo cada qual sobre sua importância causal. Desta forma tudo se converte em objeto empírico como importância relativa. (Jaspers, 1977)

Weber conclui esta sua obra mostrando que um dos componentes fundamen-

tais do espírito do capitalismo, e não somente dele, mas de toda a cultura moderna, que é a conduta racional baseada na idéia da vocação, nasceu do espírito da ascese cristã. Para ele a leitura dos trechos de Franklin, transcritos no seu trabalho, mostra que os elementos fundamentais daquilo que lá se denominou espírito do capitalismo, são os mesmos que representam o conteúdo da ascese vocacional do puritanismo, embora já desprovido da fundamentação religiosa. Desde que o ascetismo começou a remodelar o mundo e a nele se desenvolver, os bens materiais foram assumindo uma crescente e, finalmente, uma inexorável força sobre os homens, como nunca antes na história.

O autor considera comprovada a relação de causa-efeito entre as duas estruturas comparadas em sua obra.

A discordância, que vários autores manifestam com relação a esta conclusão, prende-se em diferentes níveis de análise, mas podemos salientar duas críticas bastantes comuns: primeiro por que exclui a hipótese de ter existido o espírito capitalista, anteriormente à idéia protestante de vocação, embora Weber tenha discutido o tema, caracterizando diferenciadamente o espírito capitalista a que se refere de outras experiências capitalistas anteriores e, em segundo lugar, discute-se o fato de que o homem efetivamente passe a procurar racionalmente o lucro somente depois da idéia vocacional.

Jaspers (1977), embora concorde com o fracasso de Weber na interpretação causal das estruturas analisadas, sustenta que mesmo tendo fracassado como in-

investigador da realidade, o autor desenvolve um esforço que consiste em captar positivamente aquilo que é propriamente um não-saber dentro do saber empírico, ilimitado, determinado, chegado à coisa, e em abrir para si a possibilidade de um ser enquanto ser autêntico e não como um ser conhecido.

Ainda Jaspers (1977) observa que:

... esse fracasso leva tanto mais profundamente ao ser quanto mais o saber se torna abrangente: por isso são tão gigantescos os projetos de investigação Weberianos, a ponto de jamais ele conseguir completá-los, e suas obras, a despeito de sua amplitude, são apenas formidáveis fragmentos, construções não terminadas de um titã... (p. 135)

## AMBIGÜIDADES E PARADOXOS NO PENSAMENTO DE MAX WEBER

Mesmo cientes da grandiosidade da obra de Weber e da perfeita integração entre todos os conceitos e constructos utilizados por este autor, não podemos deixar de mencionar alguns hiatos ou *gaps* presentes em sua obra, que compreendemos estarem muito mais relacionados ao “terreno escorregadio” das ciências humanas, propiciado pela falta de conceitos precisos para dar conta da realidade estudada. A análise do que chamaremos de “ambigüidades” na obra de Weber acontecerá com o apoio principal das contribuições de Colliot-Thélène (1995) e de Cohn (1979).

A primeira ambigüidade examinada deriva justamente da própria terminologia da palavra compreensão que guarda certa imprecisão. A segunda está relacio-

nada a falta de precisão se o sentido “imediato” da ação vivida, o sentido que é “antecipado” que está no projeto desta ação e o sentido encontrado por aquele que “reflete” sobre ela são exatamente os mesmos. A terceira ambigüidade tem a haver com o fato da ação racional com relação a fins estar relacionada à noção de liberdade, quando com o avanço do processo de racionalização as opções de ação são cada vez mais definidas pela situação em que os agentes estão envolvidos e independe deles. A quarta e última refere-se à noção de objetividade e de transcendentalidade dos pressupostos das Ciências Culturais.

### Quanto ao processo de compreensão

Para não ser confundido com os positivistas, Weber afirma que não adianta apontar as regularidades no comportamento humano, mas é preciso compreender porque as pessoas “agem assim”. Ao falar do sentido da ação ele se apóia em dois aspectos complementares do conhecimento: a compreensão e a explicação.

Segundo Cohn (1979), o tratamento que Weber dá a estas terminologias é complicado e hesitoso, chegando ao ponto das duas se confundirem. Como estas são questões de difícil solução, em função da restrição do repertório conceitual, acabaram por ficar sem resposta. Em vários pontos de sua obra Weber deixa de retomá-las, permanecendo pois a imprecisão e a incerteza.

A compreensão para Weber está atrelada à sua teoria da causalidade. Com isso ele afirma que o método naturalístico não é suficiente para tornar o comportamento humano inteligível, uma vez

que se limita à relação exteriores. Mas, para ser válida, a compreensão deve vencer os equívocos da pura subjetividade. Isto significa rejeitar a revivescência e a intropatia. Compreender é, então, captar a evidência ao sentido de uma atividade. O grau mais alto da evidência é o da compreensão intelectual de uma atividade racional, como a de uma operação matemática, mas quando trata-se da compreensão das experiências alheias (por exemplo erros cometidos) que podem ser revividos por intropatia, Weber atribui a estas apenas o grau de evidência “suficiente”, apesar da captação de um sentido subjetivamente visado se fazer melhor pela compreensão via revivescência por intropatia.

No entendimento deste autor, reviver o comportamento alheio é importante para a evidência da compreensão, mas não é uma condição absoluta de uma interpretação significativa. A evidência que se obtém pela intropatia, quer seja a experiência vivida pessoal, quer seja revivescência da experiência alheia, não tem a validade de uma observação científica. Weber se opunha tanto a medidas puramente intuitivas que renunciam a conceituação rigorosa, quando a medidas naturalistas, e afirmava que só a causalidade garante à pesquisa compreensiva a dignidade de uma proposição científica.

Por causalidade Weber não entende uma seqüência linear e unívoca com validade universal,

mas interessa a ele saber como, em situações particulares, as legalidades próprias das diversas esferas da ação se articulam para resultar numa orientação específica

da ação de muitos agentes, e como essa configuração singular pode dar origem a linhas de ação, a sentidos ou então a valores novos, que por sua vez possam ser reincorporados na dinâmica das diferentes esferas da existência histórico-social. (Colliot, 1995, p. 44)

Fica claro que sujeito e dominação são categorias fundamentais nesse esquema. No entanto, a noção de sujeito se complica no momento em que estabelece o vínculo com as noções de compreensão e de sentido, dado o importante papel ao processo de racionalização. Em outras palavras:

para o caso puro de ação racional referente a fins, é perfeitamente plausível o argumento de que, conhecidos os fins, os meios e as máximas de ação correspondentes, o sentido mais adequado da ação pode ser derivado inequivocamente sem passar pelo sujeito, mesmo porque só há um único curso de ação que maximiza os resultados da relação meios-fins. (Cohn, 1979, p. 139)

Isso não tira a importância do recurso à compreensão, mas deixa claro que ela só é possível, ou necessária, quando a margem de autonomia do agente não permite outra via mais direta de acesso a hipóteses adequadas sobre os seus cursos de ação.

### Quanto ao sentido da ação

Para Weber o objeto da sociologia compreensiva é o agir social e esse agir é “um comportamento humano ao qual o agente(s) associa(m) um sentido subjetivo”. (Colliot, 1995, p. 113)

Segundo Colliot este sentido subjetivo, mencionado por Weber pela primeira vez em 1903, num ensaio dedicado a

Roscher, e depois em 1921 nos Fundamentos Metodológicos, no início de Economia e Sociedade, deixa uma série de ambigüidades. A primeira está na afirmação: o agente “associa” à sua ação um sentido subjetivo. Para Colliot (1995, p. 103) este sentido não é algo que se junte à ação vindo do exterior, mas ele é constitutivo da ação, isto é, “essa ação não é inteligível como tal independentemente deste sentido, nem os seus efeitos são inteligíveis como efeitos dessa ação se sua lógica simbólica é deixada de lado”. Em resumo, não é o entendimento do sentido o objetivo da sociologia compreensiva, mas aquele da ação, enquanto estruturada por um sentido. Esta nuance seria importante, pois marcaria a diferença entre o projeto da filosofia hermenêutica e o de uma ciência empírica da ação.

Domingues (1998)<sup>1</sup> discorda desta afirmação, uma vez que Weber nunca pretendeu afirmar que o sentido vinha descolado da ação. Quando Weber afirma que o agente associa um sentido, isto não quer dizer que ele venha depois da ação, ao contrário, estão imbricados.

Outra questão que pode causar algum desconforto na leitura da obra de Weber é se o sociólogo entende o sentido da ação como sendo o sentido subjetivo do agente. Para Colliot esta dúvida é fácil de ser esclarecida e a resposta é negativa, ou seja, Weber tinha consciência de que os agentes não tinham domínio sobre as conexões significantes buscadas pela sociologia e pela história. Um exemplo disso é que ao interpretar o sentido

das práticas inspiradas pela ética religiosa e suas conseqüências sobre a economia, Weber dissocia o sentido das intenções dos profetas ou reformadores, bem como dos adeptos desse fim.

Os efeitos sociologicamente significantes das religiões são, em regra geral, os efeitos não pretendidos. O protestantismo é, a esse respeito, exemplar. O puritano não buscava a riqueza, mas a prova de sua eleição. (Colliot, 1995, p. 105)

Por fim resta questionar se existe diferença entre o sentido imediato da ação vivida, no momento em que ela é vivida, o sentido que possui a ação no projeto que a antecipa e o sentido obtido quando se reflete sobre ela *a posteriori* e a racionaliza?

A resposta à esta questão é mais complicada. Para Colliot, Weber parece não reconhecer que uma ação é o que se explicita na reflexão que dá razão à ela, mesmo quando ele argumenta que boa parte das ações se desenvolvem sem que o sujeito tenha consciência do sentido.

Essas considerações permitem por em evidência, mais uma vez, o papel da compreensão no esquema de Weber.

### **Quanto à ação racional em relação a fins e a noção de liberdade e autonomia**

Como os homens criam valores e são capazes de atribuir significados à conduta, está aberto o caminho para a compreensão da racionalidade da ação pelas vias racionais do método científico no processo de explicação causal.

Para Weber a ação racional com rela-

<sup>1</sup> Notas de sala de aula.

ção a fins é a única verdadeiramente compreensível. Haveria então uma graduação, a ação racional em relação a fins num extremo, na outra ponta a ação afetiva (ou não compreensível), e entre elas a ação racional orientada por valores e a ação tradicional. O curioso é que o mundo empírico é dominado justamente por aquelas ações mais difíceis de serem compreendidas, e a ação racional com relação a fins, ainda que marginal no conjunto das atividades sociais, é elevada ao estatuto de norma da ação significativa.

Além disso, a ação racional com relação a fins é identificada por Weber como aquela que leva à liberdade, uma vez que fixados os fins pode-se escolher os meios mais adequados para atingi-los. Neste contexto, a escolha racional com relações a fins pressupõe que nenhuma norma ou autoridade iniba a escolha, o que é incompatível com o tipo de dominação legal com administração burocrática. O próprio Weber admitiu as duas consequências irreversíveis deste tipo de dominação. De um lado a dominação legal com administração burocrática fornece uma maior precisão nas previsões, com amplo espectro de aplicabilidade dos cálculos e uma crescente eficiência administrativa, de outro, sua natureza carrega uma perda sensível da liberdade, tanto dos dominados quanto dos próprios executores do quadro administrativo.

Se Weber associa a racionalização da ação à liberdade, porque ela leva a linhas únicas de conduta dos agentes? Para Cohn (1979), a resposta está na ênfase dada à racionalidade e no processo de racionalização, ao mesmo tempo “fraqueza” e “força” do pensamento weberiano.

Weber tinha plena consciência de que, com o avanço do processo de racionalização, os sujeitos convertem-se cada vez mais em meros portadores de sentido e suas opções cada vez mais definem-se univocamente e de modo independente deles, nas situações em que estão envolvidos. Mas sua postura crítica básica em relação a isso acaba exprimindo-se nas ambigüidades das suas formulações e conceitos. (Cohn, 1979, p. 140)

### **Quanto a objetividade na ciência e a pretensão de uma demonstração científica universal**

Para Weber a ação do cientista é racional com relação a fins, uma vez que cabe a ele propor enunciação a respeito de fatos, estabelecer relações de causalidade e interpretação compreensivas que sejam universalmente válidas, mas é um juízo de valor que leva, ou impulsiona o cientista em direção à demonstração pelos fatos. A ação do cientista é, portanto, uma combinação da ação racional em relação a um objetivo e da ação racional em relação a um valor, que é a verdade.

A pergunta que se pode formular então é: como pode existir uma ciência objetiva que não seja falseada pelos nossos julgamentos de valor? E ainda: se Weber pretende que o objetivo da ciência seja a validade universal, ou melhor, uma conduta racional cuja finalidade é atingir julgamentos de fatos universalmente válidos, como é possível formular tais julgamentos por meio de obras ou ações que se constituem por meio de valores? Weber sai desse impasse distinguindo *juízos de valor e relação a valores*.

O julgamento de valor é para Weber uma afirmação moral. A relação com valores é um procedimento de seleção e de

organização da ciência objetiva. Esta distinção permite marcar a diferença entre a atividade do cientista e a do político, contudo, não responde as questões acima.

Como uma ciência é orientada por questões que se modificam (uma vez que cada reconstrução do sentido da ação é seletiva e comandada por um sistema de valores) haverá tantas perspectivas históricas ou sociológicas quanto sistemas de valores orientando a seleção. Na medida em que a seleção e a construção do objeto da ciência dependem das questões propostas pelo observador, os resultados científicos estão relacionados com a curiosidade do cientista, e as respostas às questões já estão condicionadas aos fenômenos que ele seleciona.

A pretensão de uma demonstração científica universal também é problemática, uma vez que objetiva-se o conhecimento pela “compreensão da ação”. Como mostra Colliot, o próprio Weber reconheceu algumas vezes que a compreensão da ação remete aos “nossos hábitos medianos de pensar e de conhecer”. Pode-se então supor que esses hábitos ultrapassem as regras lógicas do pensamento e cedam lugar aos elementos culturalmente condicionados. Então, as regras através das quais reconstruímos a lógica que torna inteligível o comportamento dos agentes sociais na cultura ocidental moderna pode permanecer incompreensível, por exemplo, ao “chinês”.

A inscrição da racionalidade com relação a fins no coração da compreensão das ciências empíricas da ação significa claramente que apenas a civilização ocidental contemporânea, resultado da racionalização solidária das práticas e das representações do mundo, torna possível a histó-

ria e a sociologia como ciências. (Colliot, 1995, p. 123)

Com esta afirmação Colliot aponta a ambigüidade de Weber em relação a interpretação da formação do ocidente moderno. Ela afirma que mesmo tendo sido prudente quanto a distância que guardava quanto à “racionalidade” ocidental, seu “valor” e sua “significação”, ele não conseguiu romper totalmente com a antropologia racionalista, onde reside a força da sua sociologia compreensiva. Ele se esforçou para mostrar o estilo teleológico de seus argumentos e conceitos como resultante dos questionamentos (o historiador e sociólogo constróem o objeto em função dos interesses do seu tempo), mas por outro lado,

porque as formas de discursividade que utilizam os saberes sócio-históricos são um dos componentes da modernidade ocidental, e porque Weber não se resolveu a duvidar de sua universalidade, ele teve que pagar seu tributo ao eurocentrismo vulgar do pensamento da história universal. Mais de dez anos depois da morte de Weber, Edmund Husserl colocará, sem desvio a questão que persegue as análises weberianas: a humanidade européia carrega em si uma “idéia absoluta”, ou então, ela não é senão “um simples tipo antropológico, como a China ou a Índia. O comparativismo em Weber estava sem dúvida inclinado para a segunda parte da alternativa, mas o epistemológico jamais consentiu uma proposição que implicava, a seus olhos, uma apostasia da racionalidade científica. (Col-liot, 1995, p. 124)

## CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DAS ORGANIZAÇÕES

O debate sobre o estatuto das ciências Sociais se fazia presente na Alemanha

do final do séc. XIX, através de Dilthey, Windelband e Rickert, contribuindo fortemente para que a preocupação de Weber fosse dirigida à questão do método nas Ciências Sociais, ou Ciências da Cultura como ele preferiu denominar. Pouco a pouco ele foi construindo uma *dér-mache* própria e se afastando de um e outro autor em aspectos diferenciados. Rejeitou a divisão das ciências entre nomotéticas e ideográficas, como proposto por Windelband, afastou-se de Rickert ao opor-se à divisão das ciências em “ciências da natureza” e “ciências da cultura”, e se distanciou de Dilthey ao recusar a intropatia como método de conhecimento.

Weber tendo como referência a individualidade, ou seja, os papéis desempenhados pelos atores sociais preocupasse em trabalhar conceitos tais como ação social, agente individual, papéis representados e, principalmente, como em situações específicas à ação de indivíduos se constitui enquanto uma ação estruturada por um sentido, enquanto orientação para a ação de outros. Sua grande contribuição foi promover a integração do método da causalidade das “ciências da natureza”, com o método da compreensão, entendido como o mais adequado às “ciências da cultura”, mas com a diferença de que este último deveria estar submetido aos rigores dos métodos positivos. Deste modo ele vai aproximar a hermenêutica, proposta por Dilthey, aos métodos positivistas de explicação, e ao assim fazer ele renova tanto a hermenêutica quanto o positivismo.

O paradigma da ação recobre toda sua obra e a tipologia da ação vai forjar uma estratégia para captar o sentido da ação.

A preocupação de Weber está muito mais relacionada com o sentido da ação e menos com a sua figuração. Neste aspecto a categoria ação é mais ambiciosa que a categoria comportamento, pois no plano do comportamento não há diferença entre o comportamento do homem e do primata. O homem lida com o problema ao mesmo tempo diferencial e capital que é o do “sentido”, ou seja: como conferir sentido aos nossos gestos e ações?

Weber não acreditava na possibilidade do pesquisador (sociólogo) apreender a totalidade de uma realidade, os tipos ideais seriam uma forma de observar o que é dominante na ação social. A idéia é de explicar os fenômenos na sua singularidade, adquirindo a análise um caráter de parcialidade e não totalidade

O método proposto por Weber objetiva o entendimento da ação social, ou seja, o entendimento da ação estruturada por um sentido. O interesse está na compreensão da racionalidade particular de uma ação social numa situação específica. Neste sentido, o método permite a apreensão da diversidade dos fenômenos existentes em uma realidade qualquer. O método se dirige a explicação de situações específicas, propondo que para apreender a ação social deve-se observar as regularidades empíricas de uma ação ligada a uma determinada situação, e se construir tipos ideais. No confronto destes tipos ideais com o empírico é possível compreender a natureza particular do caso em estudo. Ou seja, busca-se conhecer certas regras dos fenômenos estabelecendo uma hipótese (tipo ideal) sobre a linha de ação dos agentes. Busca-se ordenar o real no plano analítico estabele-

cendo-se relações entre os fenômenos. Pois, segundo Weber a tarefa do pesquisador social consistiria em fazer uma ordenação racional da realidade empírica.

O modelo e o tipo ideal, conforme empregados por Weber, querem dizer a mesma coisa. Não se trata de um decalque ou um resumo do real, mas uma construção do espírito que serve para orientar a pesquisa e validar os resultados. Neste sentido, o método por ele desenvolvido não é nem coletivizante nem individualizante, mas há uma mistura dos dois. Ele não aceita o individualismo metodológico e nem o enfoque holístico, o desafio foi justamente ajustar os dois: o holístico e o individual. Neste aspecto ele vai diferir de Marx e de Durkheim, no que toca à holística, e da psicologia no que toca aos indivíduos.

Através dos tipos, e dos elementos que o compõem, Weber percorre as variações dos diferentes aspectos de uma multidão de fenômenos momentaneamente cristalizadas num quadro mental. Contudo, é importante frisar que eles nada têm a haver com a média ideal estatística ou com um quadro ótimo, eles apenas servem como referência para o atingimento da compreensão. São uma

espécie de esquema racional de onde o pesquisador recuará em relação ao real, pondo-se ao abrigo das contingências perturbadoras, para melhor propiciar a investigação intelectual. Neste aspecto não são verdadeiros nem falsos, mas ferramentas úteis dependendo da habilidade do investigador.

Um exemplo é a obra **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Nela Weber fala no tipo ideal de protestantismo, o asceticismo laico, enquanto uma doutrina e praxis que implica numa fuga do mundo estando no mundo. Ascético porque é contrário a prazeres e implica em renúncias e ordenamento do corpo e mente. Weber nos mostra que a esfera de ação do asceticismo laico é o mundo do trabalho e que o capitalismo do ocidente dependeu desta ética para seu sucesso. Contudo, é preciso registrar que ele não quis dizer com isso que o capitalismo e a ética protestante estão relacionados em qualquer lugar, mas que essa confluência se deu particularmente no norte da Europa.

No campo das ciências sociais Weber é notadamente citado, em grande parte por pesquisadores que se enquadram no paradigma funcionalista,<sup>2</sup> muito em fun-

<sup>2</sup> Morgan (1980) e Burrell e Morgan (1979) desenvolvem a noção de paradigma enquanto uma visão alternativa de realidade social. Através do cruzamento de duas dimensões: a) a dos pressupostos sobre a natureza da ciência social dentro de um continuum subjetivismo-objetivismo; e b) a dos pressupostos sobre a natureza da sociedade (em termos de ordem x conflito) dentro de um *continuum* regulação – mudança radical, estes autores constroem quatro paradigmas: funcionalista, interpretativo, humanista radical e estruturalismo radical. O paradigma funcionalista está baseado no pressuposto de que a sociedade tem uma existência real e concreta e uma orientação sistêmica para produzir um estado de relação ordenado e regulado. Os pressupostos ontológicos garantem a possibilidade da objetividade na ciência social, o cientista mantém-se distante e neutro do cenário que analisa através de métodos e técnicas rigorosas. Também apóia-se na possibilidade de generalização dos conhecimentos empíricos. Teorias incluídas neste paradigma se interessam pelo estudo do *status quo*, ordem social, integração solidariedade, etc. São exemplo deste grupo a teoria de sistemas sociais, teoria integrativa e teoria da ação social.

ção de que apenas uma parte de sua obra é destacada, principalmente os modos de dominação e o tipo ideal burocrático. Por conta disso muitas más interpretações se fazem presentes, a começar pelo uso do termo burocracia, associado à disfunção do sistema administrativo.

Por conta dos estudos relacionados à importância alcançada pelas organizações pública e privadas, burocratizadas ou não, na sociedade moderna, Weber possibilitou à Teoria Organizacional uma fundamentação epistemológica e também ideológica. O fenômeno burocrático, no pensamento weberiano, se situa, em termos históricos, no nascimento do mundo moderno, e é exatamente ele que distingue a época capitalista ou moderna e das pré-capitalistas. O grande mérito deste autor foi o de ter identificado formas de organização socioeconômicas diferentes daquelas típicas da idade moderna e de ter considerado-as como especificidades históricas. Contudo, o rótulo Burocracia, tem sido freqüentemente mal empregado e o erro fundamental tem consistido em abstraí-lo do contexto do discurso weberiano, apresentando-o como autônomo, como um modelo universalmente válido. Assim procedendo-se, de um lado perde-se sua especificação histórica, e de outro não se considera seu fundamento real, não como modelo, mas como um tipo, uma abstração da realidade. (Reed, 1996; Vianello, 1976)

As análises da dominação e também do poder tem aparecido nos estudos organizacionais, proporcionando uma “gramática”, além de recursos simbólicos e técnicos, através dos quais a natureza das organizações podem ser inter-

pretadas e debatidas. Dessa forma pode-se compreender a dominação, e portanto o poder, distribuída entre os atores sociais, conforme suas estratégias frente às organizações.

Clegg (1994) também argumenta que os estudos e as pesquisas organizacionais sobre estrutura, têm predominantemente interpretação e influências weberianas. Ao usar a burocracia como tipo ideal e a institucionalização da dominação e poder que advém da burocratização das estruturas organizacionais, a TO promoveu a criação de um padrão de organização considerada mais eficiente e criou uma representação convencional de seus estudos e pesquisas. Além disso, Weber quando propôs a concepção metodológica de construção de um tipo ideal, receava que esta fosse confundida com um modelo da realidade. Sua proposta de Tipo Ideal é de que este fosse um modo de construção de conceitos, de abstração da realidade Sua preocupação era metodológica, ou seja, o tipo ideal como meio para apreensão de fenômenos históricos e seus elementos em conceitos genéticos.

Para a TO enquanto método, a construção de tipos ideais pode configurar-se como instrumento importante para a compreensão das organizações e das ações dos indivíduos. Para Weber cada objeto a ser estudado possibilita a construção de tipos ideais. A metodologia proposta por Weber possibilita a apreensão da diversidade de organizações existentes na realidade, ou seja, a diversidade de racionalidades presentes no mundo organizacional. Também permite apreender o movimento geral, a orientação da ação organizacional em situações

específicas.

Para Clegg (1996) é preciso romper a visão de que Weber somente pode ser apreendido como um teórico que desenvolveu a racionalidade formal e administrativa evidenciadas nas estruturas organizacionais. É preciso ver Weber como um teórico cultural, pois na perspectiva weberiana, mostradas em suas análises, as organizações através dos valores culturais adotados constroem determinadas estruturas de dominação e poder. Afinal, uma adequada análise organizacional é sempre uma análise cultural, e que no fundo é sempre uma análise de valores. (Clegg, 1994, p. 150)

Uma perspectiva interessante que também pode ser destacada, neste fim de século, e que o trabalho de pensadores

como Weber, entre outros, que era o de pensar a diferença entre as ciências naturais e as sociais ou culturais, e desenvolver métodos para estas últimas que possibilitassem seu desenvolvimento teórico-metodológico, parece estar sendo esquecido. Pode-se observar, mesmo ainda muito incipiente, um movimento que quer dar a Biologia, novamente, o *status* de equacionar a realidade social. A Sociobiologia tem aparecido constantemente em algumas publicações acadêmicas como a ciência que poderia explicar também o social. Ou as discrepâncias que aparecem na realidade e que não podem ser explicadas pelas ciências sociais.

#### ABSTRACT

The most important contribution of Max Weber was the integration between the method of "natural sciences" with the method of comprehension of "culture sciences" The paradigm of action has recovered all your works and the typology of action has created a strategy to captive the directions of action. When the OT used the bureaucracy as ideal type and the institutional domination and power of bureaucratic structures had cried a standard of organization, and this standard has influenced the studies and researches about organizations.

**Key words:** Weber; Paradigm of action; Bureaucracy; Social science.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BOUDON, R. **Os métodos em sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.
- BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.
- CLEGG, S. Weber and Foucault: social theory for the study of organizations. **Organization**, v. 1, n. 1, p.149-178, 1994.
- Cohn, G. (Org). **Weber**. São Paulo : Ática, 1979.
- FANFANI, A **Capitalismo, catolicismo, protestantismo**. Lisboa: Editorial Aster, 1958.
- FREUND, J. **Sociologia de Max Weber** . Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- JASPERS, K. Método e visão do mundo em Weber. In: COHN, G. (Org.). **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- MORGAN, Gareth. Paradigms, metaphors and puzzle solving in organization theory. **Administrative Science Quaterly**, 1980.
- REED, M. Organizational theorinzing: a historically contested terrain. In CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (Ed.). **Handbook of organization studies**. London: Sage, 1996.
- TIMASHEFF, N. S. **Teoria sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.
- VIANELLO, M. **Contribuição à crítica da teoria clássica da organização**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV, 1976.
- WEBER, M. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Nordes, 1987.
- WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.